

Estudos

Interdisciplinares sobre  
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre  
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-789-5 DOI 10.22533/at.ed.895191911</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espaço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FEMINISTA ANTIMANICOMIAL OU SOBRE A NECESSÁRIA GARANTIA DE LUGAR DE FALA E ESCUTA À MULHER LOUCA	
Priscila Coimbra Rocha Clarice Moreira Portugal Caliandra Machado Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A FORÇA DAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA VIVÊNCIA DO MÉTODO CANGURU	
Joise Magarão Queiroz Silva Mariza Silva Almeida Edméia de Almeida Cardoso Coelho Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Liliane de Souza Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS MILITARES ESTADUAIS: UM OLHAR SOBRE O PERCENTUAL PARA INGRESSO DE MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA IGUALDADE	
Isabel Gomes de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA EM ALAGOAS	
Samara Farias dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO <i>ESTADÃO</i> : O CASO DE AMANDA BUENO	
Luíza Buzzacaro Barcellos Janie Kiszewski Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E SEU VALOR NO RESGATE DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO	
Joise Magarão Queiroz Silva Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Írbia Fernandes de Medeiros Letícia da Silva Cabral Cleuma Sueli Santos Suto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919116</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA EM ORLEANS-SC	
Alessandra Knoll	
Felipe Basso Silva	
Gabriel Bittencourt de Aguiar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919117</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>78</b>
DE LEGGINGS À LUTA: A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA MARIA BADERNA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA	
Taise de Jesus Chates	
Mirela Santiago Santos	
Rafael Bomfim Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919118</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>87</b>
AS MULHERES DE CLARICE: UMA ANÁLISE FEMINISTA DOS CONTOS “A FUGA” E “RUÍDO DE PASSOS”	
Thainá Oliveira Chemelo	
Anna Marcella Mendes Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919119</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>100</b>
DIVERSIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS	
Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes	
Valdenora Souza Mota	
Dayane Rainha da Silva	
Maria Madalena Pontes Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
PRINCESAS NA <i>TIMELINE</i> : A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DAS PRINCESAS DISNEY NA INTERNET	
Ana Carolina Rocha Lisita	
Patrícia Quitero Rosenzweig	
Rosa Maria Berardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>124</b>
DIÁLOGOS CONJUGAIS DESENCONTRADOS EM <i>O SILÊNCIO</i> (1981), DA PORTUGUESA TEOLINDA GERSÃO (1940)	
Denise Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>136</b>
ERVAS MEDICINAIS: SABER E PRÁTICA NO FAZER FEMININO	
Daniela Bento Alexandre	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919113</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS MULHERES DEPENDENTES QUÍMICAS	
Ana Tereza Bernardo Ribeiro de Jesus Suzana Alves Nogueira Larissa da Conceição Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191114</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>150</b>
A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORDESTINO ATRAVÉS DE DINÂMICAS ECONÔMICAS COLABORATIVAS	
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Assíria Marielle da Silva Dantas Azilis Camille Pierrel Laísa Maria da Silva Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>163</b>
LAERTE-SE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ALÉM DO GÊNERO	
Juliana Maria Duarte Marques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>175</b>
EXPRESSÕES ATIVISTAS DO POLIAMOR E DESBANQUE DE PRIVILÉGIOS MASCULINOS: ENFRENTAMENTO PELA PSICOLOGIA POSITIVA E RECURSO TÉCNICO DA RESILIÊNCIA	
Maria Juivalda Barbosa Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>186</b>
MULHER PRETA E A INTELLECTUALIDADE “ A SÍNDROME DA NEGA METIDA”	
Thalita Santos Reis Luduvico	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
MOVIMENTO CAPOEIRA MULHER – MANDINGAS, MALÍCIAS, SABERES ANCESTRAIS E FEMINISMO NA RODA	
Maria Zeneide Gomes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>209</b>
MULHERES AMAZÔNIDAS E SUA RELAÇÃO COM EMPRESAS DE BIOCOSMÉTICOS: ENTRE NOVAS RURALIDADES E VELHAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO	
Ruth Helena Cristo Almeida Carolina da Silva Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191120</b>	

<b>CAPÍTULO 21 .....</b>	<b>217</b>
O DESAFIO DAS PESCADORAS DE AÇUDE DO TERRITÓRIO DOS INHAMUNS CRATEÚS. IDENTIDADE, TRABALHO E RECONHECIMENTO	
Viviana Pittalis Anita Dias	
DOI 10.22533/at.ed.89519191121	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA .....</b>	<b>227</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>228</b>

## A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO *ESTADÃO*: O CASO DE AMANDA BUENO

### **Luíza Buzzacaro Barcellos**

Mestranda no PPG de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

São Leopoldo – Rio Grande do Sul

### **Janie Kiszewski Pacheco**

Professora na Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre (ESPM-SUL)

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** As contingências sociais que envolvem as questões de gênero marcam diferenças acentuadas entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Elas e eles são postos em papéis, estereótipos e características distintos, os quais “devem” ser seguidos. Assim as diferenciações de gênero implicam frequentemente em uma desigualdade de gênero. A premissa que o homem domina a mulher é geradora de diversos prejuízos à vida cotidiana, dentre eles a violência. Uma das instituições que reforça essa dominação é a imprensa, quando produz diferentes significados culturais, por meio das representações, influenciando nas práticas sociais e repercutindo nas condutas dos indivíduos. Ao reforçar os papéis e estereótipos tradicionais ligados a homens e mulheres, os veículos de comunicação legitimam e justificam a violência contra a mulher, principalmente aqueles que já

conquistaram a credibilidade perante o público, como o jornal *O Estado de São Paulo*. Mesmo as mulheres tendo ampliado sua cidadania e conquistado políticas públicas que auxiliam no combate à violência de gênero, como as leis Maria da Penha e do Femicídio, elas ainda sofrem, diariamente, com as consequências que daquela decorrem, chegando muitas vezes ao ponto mais extremo: a morte. Um dos casos que teve ampla repercussão e um dos primeiros a ser julgado como feminicídio no Brasil foi o de Amanda Bueno, em 2015, assassinada brutalmente pelo próprio companheiro. A partir de uma abordagem antropológica, este artigo analisa a representação da violência em torno desta figura feminina nas notícias veiculadas no jornal *Estadão*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência contra a mulher, Representação, Jornalismo, Estadão, Amanda Bueno.

### THE REPRESENTATION OF THE FEMALE FIGURE VICTIM OF VIOLENCE IN *ESTADÃO*: THE CASE OF AMANDA BUENO

**ABSTRACT:** The social contingencies surrounding gender issues mark marked differences between men and women in Brazilian society. They and they are put into distinct roles, stereotypes and characteristics,

which “must” be followed. Thus gender differentiations often imply gender inequality. The premise that the male dominates the woman generates several harms to everyday life, including violence. One of the institutions that reinforces this domination is the press, when it produces different cultural meanings, through the representations, influencing the social practices and repercussing on the behavior of the individuals. By reinforcing traditional roles and stereotypes linked to men and women, the media legitimize and justify violence against women, especially those who have already gained credibility with the public, such as the newspaper *O Estado de São Paulo*. Even though women have expanded their citizenship and conquered public policies that help combat gender violence, such as the Maria da Penha and Feminicide laws, they still suffer daily from the consequences that result, often reaching the most extreme point: the death. One of the cases that had wide repercussions and one of the first to be judged as femicide in Brazil was Amanda Bueno, in 2015, brutally murdered by her own partner. From an anthropological approach, this article analyzes the representation of violence around this female figure in the news published in the newspaper *Estadão*.

**KEYWORDS:** Violence against women, Representation, Journalism, Estadão, Amanda Bueno.

## INTRODUÇÃO

As diferenciações entre feminino e masculino geram diversos estereótipos e papéis que, socialmente, podem reforçar a desigualdade entre os sexos. A dominação masculina sobre a mulher acaba influenciando em um problema muito debatido, mais ainda não resolvido no Brasil: a violência contra a mulher (COUTO; SCHRAIBER, 2013; BANDEIRA, 2013).

A violência contra a mulher, principalmente a doméstica, é justificada e, de certa forma, legitimada pelos papéis e estereótipos decorrentes da diferenciação de gênero. Quando uma mulher não corresponde às expectativas sociais impostas a ela, como a de ser mãe, dona de casa, fiel e submissa, homens, muitas vezes na posição de maridos, namorados ou companheiros, veem a partir disso motivos para desferir agressões verbais e físicas que, em última instância, podem levar a morte da vítima (BANDEIRA, 2013; PINSKY, 2013). E foi esse o caso de Amanda Bueno, morta brutalmente pelo noivo, dentro da própria casa, acusada de infidelidade pelo homem – no mesmo ano em que foi sancionada a Lei do Feminicídio (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Uma das instituições que podem colaborar para o combate da violência contra a mulher é a imprensa jornalística. Por meio da veiculação de notícias, os veículos de comunicação produzem diferentes significados culturais, por meio das representações, que podem influenciar a conduta dos indivíduos (FRIAS, 2009).

Isto posto, o objetivo do artigo em questão é analisar como a figura feminina vítima de violência, neste caso Amanda Bueno, foi representada pelo jornal *Estadão*<sup>1</sup>

1. O jornal *O Estado de São Paulo* (*Estadão*) foi escolhido como objeto de análise por se tratar de um jornal de

nas notícias veiculadas sobre sua morte.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada para a produção deste artigo é qualitativa, tendo foco na interpretação, na subjetividade e na preocupação com o contexto (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008). Faz-se necessária, portanto, a adoção das técnicas bibliográfica e documental para a coleta de dados, teóricos e empíricos, conforme as definições de Baptista e Campos (2016) e Gil (1991), respectivamente.

O método adotado foi a etnografia, um tipo de pesquisa amplamente utilizado em estudos no âmbito das ciências sociais, em particular na antropologia. A etnografia é um método que busca compreender a cultura particular de um grupo social mediante a realização de pesquisa *in loco* (ANGROSINO, 2009). Um dos procedimentos mais conhecidos para o desenvolvimento da etnografia é a observação participante, que consiste essencialmente na ida do pesquisador a campo para observar e fazer a coleta de dados para a pesquisa (ROVIDA, 2015). No entanto, segundo Angrosino (2009, p. 15), é preciso “entender a observação participante tanto como um estilo que pode ser adotado por pesquisadores etnográficos quanto como um contexto ao qual uma variedade de técnicas de coleta de dados pode ser adaptada”.

Levando em consideração a observação participante como um contexto, como proposto por Angrosino (2009), é correto admitir nos estudos antropológicos contemporâneos a não obrigatoriedade de “ir a campo” (como estipula o jargão dos pesquisadores que se valem da etnografia) como forma de legitimar a coleta de dados. A este respeito Strozenberg (2003) já ressaltava que o trabalho de campo se coloca como uma opção metodológica. Para evitar o desconforto gerado pelo termo observação participante, Rovida (2015) propõe outras nomenclaturas para o processo de coleta de dados: observação empírica, observação de campo ou trabalho de campo.

No presente trabalho, portanto, a observação empírica foi feita a partir do campo, a saber, acervo e site do jornal *Estadão*, no qual as notícias foram coletadas e selecionadas, dando origem aos dados que foram analisados.

A abordagem adotada para a análise do presente artigo parte do ponto de vista antropológico. A união de antropologia e jornalismo surge do pressuposto da interdisciplinaridade, que tem muito a enriquecer os estudos quanto aos seus resultados. Esta aproximação, para Strozenberg (2003), se apresenta como uma forma de desconstruir limites disciplinares, proporcionando diálogos e integrações. Essa forma de problematizar gera uma *desnaturalização*, proposta pelo método antropológico, e é o que acaba atraindo outras áreas do conhecimento, inclusive a comunicação e o jornalismo, especificamente (LAGO, 2010). Entende-se que o principal benefício da interlocução das duas áreas do conhecimento citadas é a referência, como conceitua Zamin (2014), com circulação nacional.

subjetividade que norteia toda a abordagem antropológica.

Desta forma, após a constituição do *corpus* de análise, ou seja, das notícias veiculadas sobre a morte de Amanda Bueno, foi feita uma descrição dos dados encontrados, como proposto por Angrosino (2009), e posterior análise teórica, composta por um texto antropológico que tem como características a interpretação e a subjetividade (ROVIDA, 2015). Como ressalta Rovida (2015, p. 81), nessa análise “estabelece-se um pensar com os conceitos e não, exclusivamente, um pensar *sobre* os conceitos”.

## O CONTEXTO FEMININO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Histórica e socialmente há uma série de desigualdades que se desenvolvem devido à diferenciação de gênero, ou seja, as imagens e expectativas que se constroem em relação à figura de homens e mulheres (JOHNSON, 1997). Essa construção, segundo o autor, estabelece conceitos de feminilidade e masculinidade que acabam por reforçar a dominação masculina. Esta visão é corroborada por Veiga da Silva (2014, p.82) quando afirma que as distinções de gênero na prática resultam em relações desiguais em diversos aspectos da vida social “nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias”.

A primeira desigualdade construída socialmente que podemos citar é em relação à divisão sexual do trabalho, quando se estabelece que à mulher cabe a esfera privada, o cuidado com a família e com o doméstico; e ao homem, a esfera pública, a liberdade, os direitos e a política (VIANA, 2013). Outro fator que podemos citar como propulsor da desigualdade de gênero é a própria genitália feminina, como assinala Perrot (2007). Além disso, a passividade e submissão atribuídas ao sexo da mulher influenciam também as suas relações e vida social: ela é vista, essencialmente, como procriadora. Seu corpo, no curso da história, é um corpo dominado pelos homens, o qual deve satisfazê-los sem levar em consideração as vontades individuais femininas.

Essa postura desigual entre homens e mulheres acaba formalizando uma dominação masculina, que gera relações machistas, assimétricas e patriarcais (COUTO; SCHRAIBER, 2013), as quais constituem e legitimam a violência contra a mulher (BANDEIRA, 2013). Os motivos, contudo, que justificam socialmente tais ações podem ser muitos. Um dos que podemos citar pode ser atribuído à natureza “incontrolável” do homem: “categorias como instinto, impulsividade, fatalidade, destino são arroladas para dar sentido (e legitimar, em última instância) às agressões perpetradas contra as mulheres (na condição de namoradas, esposas, companheiras)” (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 59).

Outros fatores como o não cumprimento de afazeres domésticos e familiares,

a independência financeira e emocional da mulher (BANDEIRA, 2013; PINSKY, 2013) e a infidelidade (BANDEIRA, 2013) podem ser vistas como justificativas plausíveis para a agressão contra companheiras, filhas, mães, irmãs e até mesmo desconhecidas.

A partir da década de 1970, no entanto, algumas medidas começam a ser tomadas visando à solução da violência contra as mulheres. Em 1975 convenções internacionais trazem à tona o assunto da violência contra a mulher e em 1985 no Brasil são criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Outra conquista importante para o combate da violência foi a criação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que selou o compromisso do Estado “na assistência a cada membro da família no que diz respeito à coibição da violência no âmbito das relações familiares” (LAGE; NADER, 2013, p. 290).

Foi nos anos 2000, contudo, que as ações do Estado brasileiro se tornaram mais claras e presentes no combate ao problema. Um dos marcos para tal mudança foi a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, conferindo à justiça um importante instrumento público de prevenção e punição da violência contra a mulher (LAGE; NADER, 2013). Em 2015, é criada a Lei do Feminicídio, que tornou a morte de mulheres em virtude do gênero um crime hediondo e uma responsabilidade do Estado (PRADO; SANEMATSU, 2017).

## **A REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NA IMPRENSA**

Segundo Hall (2016, p. 30), “a representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” e é estabelecido com um processo ou fenômeno sociocultural. A representação é, portanto, uma construção social de sentidos e significados para objetos e pessoas. Neste sentido, a representação da figura feminina, presente nos veículos de comunicação, é um fator que legitima e corrobora, muitas vezes, alguns comportamentos machistas e violentos para com as mulheres.

Frias (2009) destaca o quanto os meios de comunicação e não apenas a notícia, matéria-prima da atividade jornalística, estão impregnados de noções sexistas:

Este é o desafio da sociedade frente aos meios de comunicação, não apenas para que a notícia deixe de ser carregada de gênero patriarcal e machista, mas também para que as palavras que conformam nossa mensagem reflitam uma mudança de pensamento absolutamente necessária para que se reconheça os homens e mulheres como seres humanos, dotados das mesmas potencialidades e sujeitos dos mesmos direitos (FRIAS, 2009, p. 78).

A imprensa, por meio das representações que constitui de diferentes indivíduos e grupos sociais, acaba por influenciar a formação de uma dada opinião pública

sobre os mesmos.

Não podemos discutir a igualdade no mundo do trabalho porque a mídia em geral ressalta o papel da mulher nos espaços privados. Não podemos rediscutir a educação se a gente também não discutir o papel da mulher na cultura e na mídia, porque a educação hoje reproduz estereótipos da mulher, que também estimulam a discriminação e a violência de gênero (PEREIRA, 2009, p.7).

Por isso, “o papel dos meios de comunicação é vital para influir numa transformação do pensamento coletivo, para que as pessoas saibam tornar patente aquilo que veem na mídia e fazer referência disso como o estabelecido, o normal” (FRIAS, 2009, p.78).

De acordo com Vieira de Melo e Sanematsu (2013, p. 93), os veículos de comunicação costumam dar ênfase aos números, mas não à complexidade do fenômeno da violência. “[...] a qualidade dessa abordagem ainda deixa muito o que desejar, concentrando-se em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial” (VIEIRA DE MELO; SANEMATSU, 2013, p. 89). Os casos de violência contra a mulher, portanto, não possuem um espaço de investigação e discussão das raízes desse problema nos veículos de comunicação.

A mídia, frequentemente, atua como um agente de transformação social, mas mostra-se falha nas reiteradas representações da figura feminina e na forma como efetua a cobertura de casos de violência contra a mulher. As coberturas jornalísticas sobre o tema, muitas vezes, desrespeitam as vítimas e seus familiares e colocam as próprias mulheres como culpadas da violência sofrida (PRADO; SANEMATSU, 2017). “[...] Os estereótipos de gênero fazem com que, no processo de evidenciação desse crime, os polos se invertam e a mulher seja colocada como a responsável pelo crime que cometeu” (PASINATO *apud* PRADO; SANEMATSU, 2017, p.149).

Os produtos jornalísticos, ou seja, as notícias veiculadas pela mídia, atuam na construção da realidade: “E este é o ponto crucial que permite estabelecer uma relação do poder simbólico da mídia com os valores e hierarquias sociais [...]” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 50). Segundo a autora, os meios de comunicação podem ser tidos como “fazedores de identidades culturais” (2014, p.50). Esta perspectiva já era destacada por Tuchman (1983) ao afirmar que “A notícia não reflete a sociedade, mas ajuda a constituí-la como um fenômeno social compartilhado, já que no processo da descoberta de um acontecimento, a notícia define e conforma esse acontecimento” (*apud* ALSINA, 2009, p. 299).

## O CASO AMANDA BUENO

Amanda Bueno (nome artístico de Cícera Alves de Sena) tinha 29 anos, trabalhava como dançarina, era mãe de uma menina de 11 anos, que morava com a avó em Goiás, e estava noiva de Milton Severiano Vieira, de 32 anos. Amanda foi morta pelo próprio companheiro no interior da casa onde moravam em Nova Iguaçu,

cidade na Baixada Fluminense (RJ).

As câmeras de segurança da residência registraram todo o crime: a mulher foi derrubada no chão e golpeada várias vezes com uma pistola. Depois de caída no chão, já sem expressar qualquer reação, Vieira atira cinco vezes contra o rosto de Amanda. Ele alegou à polícia que o crime foi passional, motivado por ciúmes, pois recebeu um vídeo de uma suposta traição da noiva. Amanda não estava satisfeita com o atual relacionamento amoroso e já havia entrado em contato com a mãe, apenas dois dias antes do crime, para avisar que voltaria a morar com a família em Goiás. As mensagens enviadas por ela, via Whatsapp, diziam: “Mãe, por favor, não viaje que eu preciso chegar em casa e te dar um abraço” e “Mãe, eu nem vou te falar o que aconteceu, mas eu ‘tô’ indo embora. Mãe, não viaje, por favor. Eu vou chegar aí em casa até sábado”. Segundo o advogado de Vieira, ele sustentava financeiramente a família da noiva, mas Amanda trabalhava como dançarina justamente para enviar dinheiro à mãe e à filha.

Embora Vieira tenha sido preso pelo crime, em vista das provas que atestavam sua culpa, é a profissão de Amanda que é colocada em evidência nas notícias veiculadas sobre o caso. Isto pode ser constatado já nos títulos das três matérias acerca do caso publicadas no *Estadão*: “Câmeras mostram marido matando dançarina de funk” (17/04/2015)<sup>2</sup>; “Dançarina morta por noivo disse para mãe que voltaria a Goiás” (20/04/2015)<sup>3</sup>; “Polícia investiga ligação de assassino de dançarina com milícias” (23/04/2015)<sup>4</sup>. Podemos supor que tais chamadas já contribuam para relevar os motivos do ciúme praticado (MOTA, 2017).

Além de ter sido dançarina de dois grupos de funk, Gaiola das Popozudas e Jaula das Gostozudas, ela também havia confessado ao noivo que havia se prostituído na época que morou em Brasília. O advogado do criminoso ainda atribui o assassinato de Amanda como algo causado por um descontrole momentâneo de Vieira: “Ele é uma pessoa centrada, que num momento de ira perdeu a cabeça. Ele toma remédios controlados e não poderia beber. O crime foi cometido porque várias circunstâncias infelizes se juntaram: as imagens que ele recebeu, a mistura de remédios com bebida e o porte de armas”, afirmou o advogado ao *Estadão*. Vieira ainda alegou estar “arrependido” e disse que teria que “pagar pelo o que fez”. O criminoso foi indiciado por homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil e sem chance de defesa da vítima, agravado pelo crime de feminicídio, o que o advogado do homem avaliou como uma “tipificação exagerada”, pois o seu cliente não era um monstro e não cometeu o assassinato por motivo fútil.

Essas informações, extraídas das três notícias veiculadas pelo jornal e citadas

---

2. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,cameras-mostram-marido-matando-dancarina-de-funk,1671608>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

3. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,dancarina-morta-por-noivo-disse-para-mae-que-voltaria-a-goias,1672947>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

4. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,policia-investiga-ligacao-de-assassino-de-dancarina-com-milicias,1674733>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

anteriormente, reforçam o machismo ao colocar os motivos que geraram as agressões e, conseqüentemente, o assassinato de Amanda, como justificativas. Além disso, as falas do advogado ao dizer que o cliente era uma pessoa centrada, não era um monstro e só havia cometido o crime por um descontrole momentâneo coloca ainda mais a culpa na vítima, já que o descontrole causado foi por uma suposta traição de Amanda. Enquanto há mais de uma fala do advogado em defesa do cliente, não há nenhuma fala de familiares ou amigos da vítima sobre a conduta pessoal dela.

O assassinato de Amanda foi um dos primeiros casos julgados conforme a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015), que passou a tipificar as mortes decorrentes em função do gênero (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Neste cenário, a tipificação penal do feminicídio foi apontada por especialistas como uma importante ferramenta para denunciar a violência sistêmica contra as mulheres em relações conjugais, que muitas vezes resulta em homicídios encarados como “crimes passionais”, pela sociedade, pela mídia, e até mesmo pelo sistema de Justiça (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 16).

Segundo Wiecko (apud PRADO; SANEMATSU, 2017), uma das principais formas de identificação de feminicídio é a forma como a mulher foi morta. Quando há mutilação de partes genitais, violência sexual ou qualquer agressão à outra parte do corpo relacionada ao feminino, como o rosto, isso significa um ódio ou desprezo ao sexo feminino, portanto, se caracteriza como feminicídio.

Com frequência as vítimas de feminicídio são tratadas como criminosas ou como as verdadeiras responsáveis pelos crimes que sofreram. Seu passado será investigado, sua família também, assim como o seu trabalho e tudo o que possa ser usado para tornar duvidosas, do ponto de vista moral, a sua memória e sua história (MOTA, 2017, p. 28).

Mota (2017) ainda destaca que em uma pesquisa rápida feita pela internet pelos nomes de Amanda Bueno ou Cícera Alves de Sena é perceptível que muitos veículos de comunicação, além do *Estadão*, utilizaram as nomenclaturas “funkeira”, “dançarina” ou “dançarina de funk”. Enquanto o passado da vítima é colocado em destaque, o do criminoso não – Vieira já havia sido denunciado duas vezes por violência contra outras mulheres com as quais ele havia se relacionado, mas isso não parece ser tão importante e ocupa apenas uma frase das notícias veiculadas pelo jornal.

Amanda não era mais uma mulher assassinada, por quem deveríamos sentir alguma empatia, mas uma mulher cuja moral poderia ser questionada devido à profissão que desempenhava. Essa é outra característica que costuma aparecer nos casos de feminicídio: se há um passado que precisa ser investigado é o passado da vítima, que vai mostrar os elementos que levaram-na a ser morta (MOTA, 2017, p. 27-28).

Levando esses aspectos em consideração, podemos perceber que a representação construída sobre Amanda Bueno, nas notícias veiculadas pelo *Estadão*, reforçou os estereótipos ligados à mulher, principalmente devido a ênfase dada à sua profissão como uma justificativa plausível para o cometimento do seu

assassinato, mesmo que implicitamente. Portanto, a mulher foi representada como culpada pela própria violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que muitos direitos foram conquistados pelas mulheres nos últimos anos, principalmente no que tange às políticas públicas que buscam combater o problema da violência contra as mulheres. No entanto, ainda existe um descompasso do que está na legislação e a realidade vivida por muitas brasileiras (VIANA, 2013). Neste cenário marcado por avanços e a persistência de disparidades, a mídia, sobretudo a imprensa jornalística, muitas vezes não só legitima a violência sofrida pelas vítimas, mas reforça diversos estereótipos ligados às figuras feminina e masculina.

O caso de Amanda Bueno é apenas um dos muitos assassinatos de mulheres que acontecem todos os dias no Brasil, motivados por ciúmes, infidelidade, dentre outros fatores. O fato de Amanda ser dançarina de funk quebra com o papel esperado da mulher, sempre ligado à esfera privada, aos cuidados da casa e dos filhos, da passividade e submissão em relação ao homem, principalmente quando se trata de namorados, companheiros, noivos e maridos. E, por isso, a profissão da vítima é colocada de forma estereotipada, reforçando as diferenciações de gênero, o machismo e, conseqüentemente, a violência física e, por fim, sua própria morte.

Com isso, podemos perceber que a imprensa ainda falha ao divulgar os casos de violência contra a mulher, mas, ao mesmo tempo, possui importância crucial na mudança da realidade social brasileira. É por isso que o jornalismo e os jornais, como um dos principais meios de comunicação, principalmente com o advento da internet e com a maior circulação de notícias através das redes sociais, têm um papel fundamental no que diz respeito à discussão sobre a violência contra a mulher e no combate da mesma. Para tanto, é preciso, que haja reportagens que se proponham a construir novas visões de homens e mulheres nas quais o valor da igualdade se faça notar, o que fortalecerá as denúncias dos casos de violência, bem como as formas de combatê-la.

Refletir, portanto, acerca de notícias sobre feminicídio, como a de Amanda Bueno, é evidenciar as formas pelas quais a violência doméstica, embora seja alvo de rechaço público, também seja legitimada, pois escancara o peso que os estereótipos ligados aos papéis de cada gênero assumem na vida cotidiana de mulheres e homens em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução: Jacob A. Pierce. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução: José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lília Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. 2008.

FRIAS, Navi. Tem sexo a notícia? In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro; Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2016.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução: Ruy Jungmann; consultoria: Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LAGO, Cláudia. Ensino antropológico: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. Volume 6, número 1, 2010.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MOTA, Adriana Valle. O feminicídio de Amanda Bueno: quando morrer uma vez não é suficiente. In: PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Femicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PEREIRA, Elisabete. Mais mulheres na mídia e nos espaços de poder. In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Femicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ROVIDA, Maria Ferreira. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma

metodologia de pesquisa empírica. **Líbero**. Volume 18, número 35. São Paulo, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

STROZENBERG, Ilana. Antropologia e Comunicação: que conversa é essa? In: TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patrícia (orgs). **Antropologia e Comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VIEIRA DE MELO, Jacira; SANEMATSU, Marisa. Mídia e a repercussão de dados sobre a violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez 2014.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO** - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Açude 217, 221

Agroecologia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Amanda Bueno 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56

### C

Clarice Lispector 87, 88, 97, 98

Comunicação popular 136, 138

Contexto escolar 78, 82

Crítica literária feminista 87, 89, 98

Cuidado 11, 12, 14, 18, 19, 20, 24, 41, 50, 58, 60, 61, 62, 64, 82, 92, 131, 179, 217, 219

Cuidado de enfermagem 58

### D

Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 50, 87, 103, 111, 113, 114, 117, 132, 133, 134, 168, 172, 183, 209, 227

Diversidade de gênero 100, 101, 102, 103, 105, 108

### E

Economia solidária 150, 152, 156, 157, 158, 160

Educação contra hegemônica 195

Empoderamento feminino 58, 61, 151, 160

Enfermagem 12, 15, 20, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 137

Enfermagem obstétrica 58, 60, 61, 62

Ervas medicinais 136, 138, 139, 143, 145

Estadão 47, 48, 49, 53, 54

Experiências educacionais 146, 147

### F

Feminismo negro 85, 186, 187, 188, 192, 194, 199, 207

### H

Humanização do parto 58, 59, 60, 61, 62, 63

### I

Identidade 6, 8, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 32, 38, 43, 69, 78, 79, 91, 95, 96, 98, 103, 107, 109, 113, 117, 123, 126, 132, 139, 150, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 208, 217, 218, 220, 221, 222, 225

Inclusão social 150, 158

Intelectualidade 186, 188, 192

Interseccionalidade 1, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 78, 81, 85, 86, 91, 111, 112, 116, 117, 123

## J

Jornalismo 47, 49, 55, 56, 57

## L

Lei 19, 20, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 48, 51, 54, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 105, 106, 109, 147, 173, 187, 218, 223

Literatura portuguesa contemporânea 124, 129

## M

Medidas protetivas 65, 70, 71, 72, 75, 197

Método canguru 12, 14, 15, 16

Minorias 81, 100, 104, 105, 106, 107, 108

Movimentos sociais do campo 35, 40

Mulher 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 114, 117, 120, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 158, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 177, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 220, 221, 222, 223, 225

Mulher capoeirista 195, 201, 205

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 76, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 103, 105, 107, 113, 114, 116, 117, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Mulheres dependentes químicas 146, 148

Mulher-trabalho 35

## O

Organização feminina produtiva 150

Organização social 17, 40, 166, 207, 209

## P

Parceria 156, 158, 164, 195, 202, 205, 209, 211, 213, 216, 220, 223

Pescadoras artesanais 217, 219, 225

Políticas afirmativas 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108

Práticas pedagógicas 146, 147, 148

Prematuridade 12, 14, 19

Protagonismo feminino 35, 62, 63

## R

Representação 47, 51, 54, 56, 89, 91, 92, 111, 116, 119, 122, 125, 167, 169, 198, 211, 212, 219, 220, 221, 225

Resistência 38, 89, 90, 94, 130, 139, 170, 179, 183, 187, 190, 192, 193, 195, 199, 200, 203, 207, 219, 223, 225

Roda capoeira 195, 200

## S

Sertão 136, 144, 217, 220, 221

Solidão 96, 124, 187, 190

## T

Tradição 89, 90, 124, 129, 134, 196, 197

Transexualidade 163, 164, 165, 168, 169, 172, 174

## V

Violência 4, 6, 11, 19, 20, 32, 43, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 94, 108, 141, 164, 170, 172, 187, 190, 191, 193, 200, 201, 204, 213, 225

Violência contra a mulher 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 69, 76, 200

Volatilidade 124, 125, 126, 134

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-789-5



9 788572 477895